

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.339.533 - SP (2018/0195199-6)

AGRAVANTE : RUBENS DOMINGUES PORTO
ADVOGADOS : LUIZ OTÁVIO PINHEIRO BITTENCOURT - SP147224
PAULINE NADIR RATTO E OUTRO(S) - SP290819
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Rubens Domingues Porto, contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ADESÃO A PROGRAMA DE PARCELAMENTO. CONFISSÃO DE DÍVIDA. NECESSIDADE DE REQUERIMENTO EXPRESSO DA RENÚNCIA. DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA. QUEBRA DO SIGILO BANCÁRIO SEM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 601.314 JULGADO IMPROCEDENTE. TÍTULO EXECUTIVO LEGÍTIMO E LEGAL. APELAÇÃO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Trata-se de recurso de apelação interposto por RUBENS DOMINGOS PORTO em face da r. sentença de fls. 164/164-v que, em autos de embargos à execução fiscal, julgou extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, inciso IV, do revogado Código de Processo Civil de 1973, vigente à época da decisão, devido a existência de pedido de parcelamento do débito pelo autor, o que configura confissão de dívida. Sem reexame necessário e sem condenação em honorários advocatícios.

2. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1124420/MG, representativo da controvérsia, firmou entendimento de que na esfera judicial, a renúncia aos direitos sobre que se funda a ação, que discute débitos incluídos em parcelamento especial, deve ser expressa, porquanto o preenchimento dos pressupostos para a inclusão da empresa no referido programa é matéria que deve ser verificada pela autoridade administrativa, fora do âmbito judicial. Assim, o ato de renúncia reside na esfera de disponibilidade e interesse do autor, não se podendo admiti-la tácita ou presumidamente.

3. O Magistrado *a quo* informado da execução fiscal e também da existência de novo pedido de parcelamento, realizado pelo autor dos embargos, em 01/08/2003, extinguiu o feito sem resolução do mérito, nos termos do que dispunha o art. 267, inciso IV, do revogado CPC/1973, então vigente, uma vez que o parcelamento do débito importa em confissão de dívida (art. 4º, inciso III, da Lei nº 10.684/2003 c/c o art. 14-C da lei nº 10.522/2002). Percebe-se, portanto, que até a prolação da sentença, em nenhum momento, o autor, ora embargante, apontou a existência de ação anulatória de débito fiscal que tinha por mesmo objeto o título executivo combatido nos embargos.

4. Em embargos de declaração de fls. 166/171, o ora apelante apontou a existência de uma ação anulatória (autos nº 0003263-

74.2002.4.03.6103), cujo pedido foi supostamente procedente, para reconhecimento da conduta ilícita do fisco de quebrar o sigilo bancário do autor sem qualquer determinação ou autorização judicial e, em consequência reconhecer o vício de legalidade do título executivo e determinar a anulação do crédito tributário exigido. A dita decisão foi objeto de diversos recursos, tendo a União proposto Recurso Extraordinário (autos nº 601.314/SP), que ficou sobrestado até fevereiro de 2016, oportunidade em que foi julgado. Não obstante a decisão favorável a apelante, em sede de ação anulatória, neste Tribunal intermediário, verdade é que o e. Supremo Tribunal Federal julgou improcedente o Rext. 601.314/SP, que teve repercussão geral reconhecida, bem como as ADIs 2.386, 2.397 e 2.859, que tratavam da matéria.

5. A renúncia, por se tratar de ato que se encontra na esfera de disponibilidade do autor, não pode ser presumida ou tácita, exigindo, portanto, pedido expresso. No caso dos autos, conforme se verifica à fl. 34, a exequente noticiou a adesão da executada ao parcelamento, mas não há notícia de pedido expresso de renúncia aos direitos em que se funda a ação. Assim, ausente manifestação nesse sentido, é incabível o reconhecimento da renúncia, que, por se tratar de ato de disponibilidade processual, que gera eficácia de coisa julgada material, levaria extinção do feito com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, inciso III, alínea c, do Código de Processo Civil de 2015 (ou artigo 269, inciso V, do revogado Código de Processo Civil/1973). No entanto, não obstante não haja sido formulado pedido expresso de renúncia, tem-se, por determinação legal, que a adesão ao parcelamento tributário implica na confissão irrevogável e irretratável da dívida.

6. Portanto, ao confessar a dívida, de modo irretratável e irrevogável, optando pelo parcelamento, o autor reconheceu o direito da União de receber os valores constantes das CDA's discutidas nos autos, não subsistindo, por esta razão, o objeto do recurso interposto.

7. Apelação a que se nega provimento.

Na origem, foram opostos embargos à execução, apontando como valor da causa R\$ 479.288,62, em 15 de setembro de 2009, feito que foi extinto sem o julgamento do mérito - considerando que o parcelamento do débito importa confissão irretratável da dívida - por sentença que foi mantida pelo Tribunal de origem, conforme ementa acima transcrita, em que foi decidido que o recorrente reconheceu o direito da União de receber os valores constantes das CDA's discutidas nos autos, não subsistindo, por esta razão, o objeto do recurso interposto.

No recurso especial, o recorrente aponta a violação do art. 1.022 do CPC/2015, sustentando, em resumo, que, em que pese não ter havido a interposição dos declaratórios, o Tribunal de origem deveria ter apreciado erro material consistente no fato de que o recorrente informou nos autos que houve a desistência do parcelamento.

Indica, ainda, a ofensa ao art. 5º da Lei n. 11.941/2009, aduzindo, em síntese, que o Tribunal de origem deveria ter observado que o reconhecimento ou a confissão extrajudicial do crédito não pode influenciar demandas judiciais a ele correlatas.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

O recurso especial foi inadmitido com base nos Enunciados Sumulares 211/STJ, 282/STF e 284/STF.

No presente agravo, o recorrente apresenta argumentos objetivando rebater os fundamentos apresentados pelo julgador.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

O recurso especial não comporta seguimento.

Verifica-se que não foram opostos embargos de declaração para que fosse suscitada manifestação pelo julgador *a quo* acerca do alegado erro material, razão pela qual não cabe conhecer da suposta violação ao art. 1.022 do CPC/2015, sob pena de supressão de instância.

Sobre a alegada violação do art. 5º da Lei n. 11.941/2009, da mesma forma, verifica-se que, no acórdão recorrido, não foi analisado o conteúdo do dispositivo legal, e, como referido, nem foram opostos embargos de declaração para tal fim.

Assim, carece o recurso do indispensável requisito do prequestionamento. Incidência dos Enunciados Sumulares n. 282 e 356 do STF, *in verbis*:

Súmula 282: É inadmissível o Recurso Extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

Súmula 356. O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento.

Não constando do acórdão recorrido análise sobre a matéria referida nos dispositivos legais indicados no recurso especial, restava ao recorrente pleitear seu exame por meio de embargos de declaração, a fim de buscar o suprimento da suposta omissão e provocar o prequestionamento, o que não ocorreu na hipótese dos autos.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator